

Notícias sobre o ‘B.O.’ e saúde no governo FHC – políticas e estratégias de comunicação*

*Nilson Alves de Moraes***

1. Introdução

Fevereiro de 2000. A ‘indústria farmacêutica’, os ‘remédios’ e os ‘laboratórios’, repetindo o noticiário diário do mês de janeiro, eram temas ou palavras recorrentes. Constituíam o principal motivo de dúvidas e inquietações do cenário político, que contrastava com o ambiente de festas trazido pelo sol e férias envolvendo despreocupadamente a população, mobilizando diversos segmentos da sociedade e ocupando as principais páginas dos jornais. Em todos os veículos e dias, esses temas eram objeto de preocupações e enfrentamentos².

Nos jornais acumulavam-se notícias e editoriais formulando denúncias de falsificação de remédios, com graves prejuízos para os consumidores destes produtos; a resistência organizada das grandes empresas do setor à produção e comercialização dos ‘genéricos’; os sistemáticos pedidos e aumentos nos preços dos medicamentos, sempre acima dos números inflacionários e dos aumentos dos assalariados; os pedidos dos parlamentares para uma auditoria e quebra do sigilo bancário das ‘indústrias farmacêuticas’; a constatação de que ‘os laboratórios’ eram inadimplentes com relação aos impostos e obrigações fiscais.

O Estado acusava a ‘indústria farmacêutica’ de praticar preços abusivos e de manipular o mercado, mas a ‘indústria farmacêutica’

* Trabalho submetido à seleção e aprovado para publicação em abril de 2002.

** Professor e Pesquisador do Departamento de Saúde da Comunidade e do Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Políticas. Membro da COMPÓS.

¹ Este trabalho foi apresentado ao Grupo Políticas e Estratégias de Comunicação no X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS, Brasília, 2000

não ficou em silêncio; ao contrário, defendia seus interesses produzindo um discurso em que o Estado e seus órgãos de regulamentação e controle de qualidade e de preços eram acusados de impedir a livre concorrência e a liberdade do médico de indicar a medicação necessária e ideal ao seu paciente.

Diante da gravidade e da frequência dos problemas com a indústria farmacêutica, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída para estudar o funcionamento dessa indústria no Brasil. A reunião desta CPI na tarde de 4 de fevereiro de 2000 foi atípica. O convidado para prestar depoimento à CPI era Aparecido Camargo, presidente da Associação Brasileira de Farmácias (Abrafarma). Uma resposta a um deputado e um sorriso, cuja fotografia se repetiu em diversos jornais, esclareceram algumas relações entre a política de saúde, o Estado e a perspectiva do empresariado para o setor. O impacto de tal depoimento foi imediato.

Nesse dia, o presidente da Abrafarma, depois de afirmar que existiam remédios ‘porcarias’, introduziu no debate uma nova sigla, o ‘B. O.’. Convidado por um membro da CPI a explicar o que era o ‘B. O.’, ele, sem falsificações nem meias palavras, e sorrindo, disse que era ‘remédios bons para otários’: ... “é freqüente nas pequenas farmácias a política de empurroterapia*, ou seja, alguns laboratórios oferecem bonificações aos balconistas para aumentar a venda dos seus medicamentos, mesmo que sejam de qualidade duvidosa”.

Este procedimento, que era de conhecimento de grande parte da população, foi reconhecido ou admitido pela primeira vez por um representante dos interesses empresariais privados, como uma prática comum e aceita por parte do comércio. Não satisfeito, o depoente concluiu afirmando que “os balconistas que cumprem as metas dos laboratórios chegam a ser recompensados com viagens internacionais”².

Segundo a reportagem, assinada por Simone Cavalcanti, o presidente da Abrafarma afirmou que “o remédio ‘bom para otário’, ou ‘B.O.’, existe desde que existem as farmácias”. Isto é, para ele, a prática comercial admitia como rotineira a venda de produtos que sabidamente não resultariam em benefícios para o consumidor.

* Neologismo para o contexto, formado pelo verbo ‘empurrar’, ‘forçar’ e o radical terapia.

² Farmácias vendem remédio “bom para otário”. *O Globo*, edição de 5/02/00, Caderno B, p. 25.

O acontecimento serviu de estopim para estimular um longo debate. Cada veículo empregou todos os seus recursos e estratégias no enunciado dos fatos. O acontecimento e sua cobertura revelam, principalmente, a forma como empresários, parlamentares e ministros representam e exercem suas ações no mundo, enfim, como eles lutam para afirmar as suas posições pela ação discursiva. Isto nos obriga a relembrar Foucault (1996), quando demonstra que com o discurso se faz a produção de um “regime de verdades”³.

Esse regime produz uma outra sensação, a do exercício democrático. Verón (1980) ajuda a explicar, pelo contrato de leitura, que um sujeito, ao enunciar ou produzir um discurso, está subentendendo que existe um ritual de leitura comum de linguagem, em que a fala de todos está relacionada e compartilhada. Isto é, as discordâncias e denúncias apresentam uma aparência de polifonia, quando diversas e tensas vozes se sucedem em textos que pretendem silenciar ou, no mínimo, subordinar outros textos, fornecendo a sensação de que todas as vozes estão presentes nas notícias ou são admitidas no discurso⁴.

2. A notícia como tema e problema: notícia é pista

A relação notícia-jornalismo é uma constante no imaginário do leitor. Há uma crença de que a notícia, informação transformada em narrativa, corresponde à própria fonte ou ao sentido da informação e da produção jornalística. A notícia constituiria a razão de ser e o motivo do jornalismo. A partir da notícia, o leitor e as demais editorias dos jornais são convidados a pensar e produzir sobre um determinado tema ou problema.

A notícia é mais do que um texto escrito, segundo uma lógica e um modelo determinado de produção em cada veículo, com estilo e linguagem próprios e ênfase em temas e atores sociais. A notícia não se resume a uma técnica de construção de texto presente em ‘manual de redação’, que objetiva orientar o estilo e a definição de temas prioritários em cada editoria e veículo. Um texto noticioso é mais do

³ Neste caso, torna-se necessário lembrar: “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”.

⁴ Compreendemos que a sociedade se faz presente neste debate através das “cartas dos leitores”, mas esta análise merece um capítulo específico, pelas diferentes formas de mediação que comporta.

que um registro de um acontecimento que se supõe importante; exige técnica e arte de produção oferecendo ou atribuindo sentido e valor aos fatos. Notícia é uma narrativa estetizada de um processo ou evento que elucida e explica os contornos humanos e sociais, na perspectiva da linha de cada veículo. A notícia é uma dimensão e possibilidade do real contar/interpretar/enunciar uma história. Portanto, a notícia é parte da constituição ou construção histórica, vive as armadilhas e limitações de seu tempo (Pinto, 1999)⁵.

A notícia obedece a uma seqüência lógica de apresentação e desenvolvimento do fato a ser transformado em informação jornalística, a “seqüência germinal” da narrativa noticiosa. A informação é um suporte político-estratégico e indispensável à ação destes atores, interesses e projetos sociais, tornou-se parte das relações sociais de poder e da própria constituição dos acontecimentos. Os fatos passaram a constituir-se como relevantes ou não, conforme o empenho ou o peso a eles atribuído pela mídia, ou, ao menos, por segmentos específicos da mídia. A mídia, ao apresentá-los, interpreta e avalia a sua importância, conforme a sua lógica e interesses, e facilita ou subsidia a mediação entre segmentos sociais, buscando influenciar em ações e decisões, ou apontar, compartilhar ou legitimar ações e decisões por vezes já realizadas.

Thompson (1998) chama a atenção para o fato de que a produção e a circulação “das formas simbólicas nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades das indústrias da mídia”. Trata-se de uma complexa estrutura industrial, em forma de redes, de representações e discursos em luta por afirmação de hegemonia sociocultural. Esta perspectiva compreende que a mídia está empenhada em marcar e orientar o cotidiano dos indivíduos e das sociedades. Ela partilha expectativas, processos e relações entre fatos, indivíduos e grupos sociais, como referências, projetos e linguagens comuns, simbolicamente constituídas e referenciadas.

Nas últimas décadas, a mídia, como produto, produtor, processo e empresa, transformou-se num instrumento mundializado de controle, produção de sentido, orientação coletiva e existência social e de

⁵ Diz Pinto: “definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter meramente instrumental, externa às pressões sociais” (p. 24).

atribuição de sentidos e valores. A mídia tomou diversas faces e permitiu a formação de uma complexa rede técnica e uma linguagem mundializada, que pretende ser, adquirir ou formar uma cultura homogênea, legítima. Produz expectativas, sentidos e valores capazes de ser compreendidos em diferentes contextos sócio-geográficos e culturais. Mais importante é a capacidade da mídia de diversificar-se e sua possibilidade de fragmentar-se, referenciar e reportar-se social e culturalmente em diferentes segmentos e linguagens.

A produção simbólica e o investimento social mobilizados pelos jornais não podem ser explícitos, a não ser em situações especiais e geralmente na forma de editoriais. Produzir notícias e transformá-las em verdades exige diversos tipos de investimentos, inclusive tecnológicos.

Albuquerque (2000), com o vigor de *Manipulação editorial e produção de notícias*, nos obriga a reconsiderar a categoria *produção de notícias*. Ele estuda os motivos e os modos da parcialidade da cobertura pela imprensa e a manipulação editorial da notícia, considerando que a parcialidade da cobertura sobre a política poderia ser explicada como *deformações da notícia*, resultante da imposição da voz do dono aos jornalistas.

Albuquerque contrapõe o *paradigma da manipulação da notícia* ao *paradigma da produção da notícia*. O autor afirma que tal modelo de produção noticiosa pretende dar conta da parcialidade da cobertura noticiosa sem reduzi-la à influência de fatores extra-jornalísticos. Trata-se de buscar, “na análise de questões relativas à organização do trabalho noticioso e às concepções profissionais de noticiabilidade, os fundamentos explicadores da parcialidade da cobertura noticiosa”.

Tal análise demonstra que uma das principais características da cobertura das mídias tem sido a “parcialidade”. Trata-se de descobrir como ocorre o processo de encobrimento da realidade, de produção de um real próprio. Tal ‘parcialidade’ passa a constituir um olhar próprio, identificando e interpretando os eventos como uma marca e um estilo do veículo.

Existem aspectos diferentes a considerar diante das notícias e manchetes. A notícia é um registro com implicações simbólicas, discursivas e institucionais. Um outro aspecto a ser observado é a ‘deformação da notícia’; outro aspecto diz respeito à “desinformação e a deformação pela notícia dos assuntos pautados ou noticiados produzindo ou atribuindo sentido específico de verdade e desdobramentos

institucionais e sócio-políticos”. A notícia é uma relação e uma intermediação reorganizadora do espaço público e dos processos sociais de produção de sentidos, portanto de dominação. Um lugar social e simbólico, tenso e complexo, de poder.

Um veículo jornalístico implica uma empresa complexa e marcada por diferentes lutas, formas de compreensão do mundo, formas de enunciado e de organização deste mundo. Lembrando Bourdieu (1997), é um campo que submete os jornalistas e diferentes campos da produção cultural. Trata-se do “lugar de uma lógica específica, que se impõe aos jornalistas por meio das coerções e dos controles cruzados que eles fazem pesar uns sobre outros e de que o respeito funda as reputações de honra profissional”.

A notícia é um discurso, uma narrativa de um fato eleito ou atribuído como importante, uma construção e seleção de informações hierarquizadas por suposta importância atribuída aos fatos, uma cronologia que produz uma ordem que se pretende transformar em “fato ou informação verdadeira e relevante socialmente”. A notícia não é necessariamente uma reprodução ou uma veiculação compromissada com a verdade ou constitui uma falsificação da verdade. Ela é um produto, uma construção, uma intervenção sobre o cotidiano. Portanto, encontra-se sujeita a diferentes intermediações e relações técnicas, profissionais e sociais. Trata-se de um campo de lutas (Bourdieu, 1997).

Esta perspectiva nos obriga a enfrentar um segundo aspecto da produção e veiculação das notícias. Trata-se de verificar a relação ou cultura dos profissionais do veículo jornalístico e a atribuição de competência ou autoridade para a produção de interpretações que influenciam a rotina do veículo e o cotidiano de populações de consumidores deste veículo (Araújo, 2000)⁶.

Bourdieu constata que, no moderno jornalismo de empresa⁷, na lógica mercadológica e produtiva, que se fez predominante na última década, o jornalismo com registro do *fait-divers*, a pauta impõe o estilo e o processo noticiosos. Ele afirma que, além de varrer superficialmente diferentes e contraditórios temas, a pretexto de informar o jor-

⁶ Lembra Inesita Araújo que “também integram o dispositivo os discursos que foram excluídos. A forma mais radical de negação, que é a exclusão, participa de modo contundente da imagem do sujeito de enunciação” (p. 137).

⁷ Tradicionalmente, na História do Brasil a imprensa ocupava uma lógica de empresa familiar ou de grupos que apresentam interesses imediatos. Nos anos 70, este padrão foi modificado.

nal acumula *notinhas* e notícias pitorescas, desprovidas de sentido, banalizadoras do cotidiano; por outro lado, exige um estilo em que há o predomínio do estilo curto, singelo, fácil e descontextualizado em textos que carecem de análise e repetem-se em formas, empobrecendo a reportagem e a informação. Este padrão transformou-se no que Bourdieu afirma ser a categoria mitológica contemporânea do jornalismo.

Brandão (2000) chama atenção para outro aspecto relevante da sua produção diária: a exigência do jornalismo em adequar as razões das notícias às razões do interesse público. Lembra a autora que “as relevâncias da atualidade estão, freqüentemente, nas contradições e confrontos entre os valores estabelecidos”.

Centramos nosso olhar em *O Globo*, jornal de circulação nacional e repetidas vezes apontado como veículo com capacidade de influenciar e formar opinião. Tentaremos verificar a produção ou não da notícia de saúde como registro ou produção de uma memória social.

Com estas preocupações, nosso objetivo neste trabalho é, através da análise de registros noticiosos que constituem diferentes e tensos discursos, estudar o tratamento oferecido ao tema “B.O.” e saúde nas páginas do jornal *O Globo*, sem tomar posição frente ao tema.

O Globo trata como saúde todos os fatos como surtos de cólera, dengue e febre amarela, AIDS, fraudes em órgãos de saúde, novas tecnologias e materiais, utilização indevida ou abusiva de complementos alimentares, dietas da moda, disputa entre o governo e a indústria farmacêutica, entre outros. Isto fica evidenciado nos meses de janeiro a março de 2000, em que as notícias de saúde estão voltadas para a ‘guerra dos preços dos remédios’, do funcionamento da CPI da indústria farmacêutica, bem como a regularização e venda dos genéricos.

3. “B.O.” como enunciado ou produção de sentido

A década de 90 introduziu no cotidiano da sociedade e da política brasileira a CPI. Embora sua origem esteja em períodos anteriores, esta instituição parlamentar representou, desde a Constituição de 1988 e com o apoio dos movimentos sociais, uma nova possibilidade de controle social, que, partindo do Poder Legislativo federal, trazia possibilidades desconhecidas até então pela sociedade. Uma CPI era o recurso de que as Casas do Congresso dispunham para investigar com

rigor temas de interesse social. As CPIs são instrumentos políticos e jurídicos e, no caso da ‘indústria farmacêutica’, estamos diante de uma longa história de CPIs, portanto de choques entre os interesses do setor privado e os demais setores da sociedade, iniciada em 1961⁸.

As CPIs, em geral, provocavam grandes repercussões populares e a imprensa acompanhava os trabalhos e, principalmente, ajudava a produzi-las. Os depoimentos eram cercados de grandes entusiasmos e expectativas. As CPIs transformaram-se em espetáculos.

O mês de fevereiro não é marcado pelo noticiário de lutas políticas e ideológicas, ao contrário; a política de saúde não é assunto do noticiário sobre saúde⁹. Saúde, nos meses de férias, remete ao tema do bom tratamento para o corpo saudável e as proteções adequadas para evitar doenças; mas o debate, nesse fevereiro de 2000, é tomado pela gravidade das denúncias e a saúde se torna uma dimensão do campo econômico, financeiro e até policial.

Reunimos, nos vinte e nove dias de fevereiro de 2000, das páginas do jornal *O Globo*, um total de setenta e duas notícias e textos assinados sobre a CPI da Indústria Farmacêutica e sobre o fato conhecido como “B.O.”. Do material reunido, sete foram no dia 5 de fevereiro.

Nesses dias de fevereiro, as notícias sobre medicamentos ganhavam novos vocabulários. Os remédios passaram a ser divididos em três grandes categorias: medicamento genérico (idêntico ao similar, só que submetido a testes de bioequivalência, que atestam sua qualidade e eficácia e cujo nome é igual ao do princípio ativo); medicamento de marca (aquele produzido pelo laboratório responsável pelas pesquisas que resultam no remédio e que possui um nome fantasia); e medicamento similar (uma cópia da fórmula do remédio de marca, só que vendido com o nome do princípio ativo).

O conteúdo das notícias e manchetes da CPI da Indústria Farmacêutica e de saúde são recorrentes, nada falam de saúde. Dos setenta e dois registros selecionados, sessenta e um referem-se à saúde reme-

⁸ A primeira CPI do setor foi criada pela Câmara dos Deputados em 1961. Depois foram criadas outras em 1979, 1996 e 1999/2000. O Senado Federal também criou a CPI para o setor em 1988.

⁹ Observamos que a gestão F. H. C. caracterizou-se pela permanência dos padrões de articulação entre política econômica, política social e ações focais, de forte ênfase técnica, que não estabelece um enfrentamento da pobreza e da desigualdade, não intervindo sobre as brutais concentrações e distorções prevaescentes (Moraes, 2000).

tendo a temas como as relações entre laboratórios, redes distribuidoras, médicos, farmácias, controle de preços, lucro, superfaturamento, remessas ilegais de lucros, formação de cartel, preço de matéria-prima, bonificações. O aprofundamento do noticiário faz ou introduz novas palavras e questões ao problema da saúde: malandragem, otários, ‘empurroterapia’.

A evolução dos fatos demonstra que, com o ‘B.O.’, estamos diante de uma idéia transformada ou um mito constituído para sintetizar em alguma coisa ou em alguém os males e os exemplos perversos e condenáveis de um momento e de um setor da economia. Sobre os produtores e aqueles que obtêm vantagem com o ‘B.O.’ deveriam recair todos os modelos condenáveis destas práticas (Hobsbawn, 1978).

O ‘B.O.’ não era novidade para a população, a novidade estava no reconhecimento desta prática. As revelações do presidente da Abrafarma apenas evidenciam a corrupção como fato ou procedimento normal entre os ‘laboratórios’ e a ponta da venda e a inexistência ou falta de providências para coibi-las. Segundo *O Globo* do dia 5 de fevereiro de 2000, na página E-26, trata-se de “uma prática lesiva comum desde os anos 60”. A partir dos anos 60 surgiram os remédios ‘bonificados’: os balconistas recebiam uma comissão pelo remédio vendido. Esta prática é citada na CPI da Indústria Farmacêutica de 1961. Em outras palavras, conforme explicado em artigo de 9 de fevereiro, p. 23, as CPIs já haviam demonstrado que “balconistas e laboratórios trabalham unidos”.

Segundo o presidente da Abrafarma “o ‘B.O.’ bom é aquele que é bonificado mas que é eficaz e o ‘B.O.’ ruim é aquele bonificado de eficácia zero”. No 5 de fevereiro *O Globo* publica declaração de um deputado que “disse que esses remédios são inócuos, e é preciso que o Ministério da Saúde, que autorizou sua venda, também seja responsabilizado”.

No dia onze de fevereiro, na página E-21, “o homem do ‘B.O.’ sob suspeita” — é assim que ele passa ser denominado — volta ao noticiário. Proprietário majoritário da rede de drogarias Drogamed, ele é acusado de negociar com um laboratório de Uberlândia que comercializava remédios falsos até ser fechado pela Polícia Federal. Há deputados que pretendem pedir a quebra do seu sigilo telefônico, bancário e fiscal. Analisando-se o artigo “Homem do B.O. admite que vende B.O.”, de dezessete de fevereiro de 2000, p. 27, deve-se considerar que o “homem do B.O.”, Aparecido Camargo, admite que “ele só

comercializa o ‘B.O.’ bom”. Admite também que os funcionários de sua rede de drogarias recebem “participação nos lucros das vendas” do que chamou de “bons B.O.s”.

As siglas se sucedem nas manchetes e notícias sobre a CPI dos medicamentos. Elas não informam, mas estão nas manchetes e emprestam uma imagem de grupos e interesses vivenciando uma situação ao extremo. Ao longo do mês, as manchetes introduzem novas instituições e interesses ao tema: Abrafarma, Abifarma, Abafarma, Ems, Furp, Sobravime e ANVS são citadas, significando que o jornal atribui alguma importância a estas instituições e às posições que elas defendem diante dos acontecimentos investigados. Elas aparecem repetidamente defendendo, justificando, reclamando, apontando, sugerindo alguma ação ou posição. As notícias são construídas e dotadas de uma linguagem através da qual produzem a idéia de que a sigla ou instituição é quem fala. Elas, como são tratadas pelo jornal, não significariam a expressão de um grupo de interesses privados.

Nos momentos em que as relações parecem ameaçadas pelo radicalismo das posições em luta, a imprensa noticia a posição de setores do Executivo no “empenho em encontrar soluções”. Diante das notícias de aumento dos produtos da indústria farmacêutica e da sensação de inoperância da CPI e da fragilidade dos órgãos públicos, diversas manchetes anunciam “protocolo de intenções para conter os preços”, “acordo não sai” e, ainda, “iniciadas as negociações” quando se informa que “uma comissão com representantes” empenha-se em encontrar um caminho. Outro incômodo são as notícias de aumento e os indicadores destes aumentos. Em *O Globo*, verificamos que números e índices são presenças cotidianas no jornal. Eles falam de crescimento do consumo no setor, de aumento dos preços dos remédios etc. Os índices são calculados de uma forma arbitrária, misturando índices diferentes. Em “ABCFarma admite erro em pesquisa de preço”, um artigo de sete de fevereiro, p. 23, somos informados de que o reajuste não foi realizado no laboratório, mas no comércio.

Segundo a notícia “CPI decide devassa hoje”, de oito de março de 2000, p. 23, os deputados que constituíam a CPI dos medicamentos aprovariam a quebra de sigilo bancário dos laboratórios acusados de superfaturar o preço dos insumos importados ou aplicar aumentos abusivos de preços. Esta notícia é vista como possibilidade de retaliação, pois os laboratórios, no dia do depoimento do presidente da Abrafarma, noticiaram a decisão de mais um aumento de preços dos

remédios. No dia quatro de fevereiro, na página 23, destacava-se que uma “nova alta dos remédios causa indignação à CPI.” Na matéria, o deputado Nelson Marchezan, considerado porta-voz dos empresários do setor, afirmou que “o novo aumento é uma afronta à CPI e que os laboratórios não podem reajustar seus preços como bem entendem”. Logo abaixo desta notícia, uma outra matéria intitulava-se “genéricos 42% mais baratos nas farmácias”. Como resposta ao anúncio de aumento, é encaminhada uma proposta pela Fiocruz; considerando que os laboratórios oficiais são em média mais baratos, será proposto que os custos (que justificam os preços finais dos produtos) dos laboratórios oficiais sejam padrão para o setor, segundo notícia de sete de fevereiro, p. E-23.

Outra manchete, “CPI quebra o sigilo fiscal de 21 laboratórios”, de nove de fevereiro, p. 36, não reflete a luta que esta decisão implicou, pois não havia consenso sobre as atitudes que a CPI deveria tomar e sobre as implicações possíveis desta decisão. O relator da CPI, deputado Nei Lopes, foi claro sobre as possíveis reações a esta medida: “é preciso ter cautela para pedir a quebra do sigilo, para que a população não corra o risco de desabastecimento de remédios”. Concluiu afirmando que “a CPI investiga um fato econômico, e não de delinquência”.

Respondendo às críticas do presidente da Associação Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), Aparecido Camargo se defende acusando, e afirma que “acabar com esta prática e com os produtos de má qualidade não é trabalho meu, e sim da vigilância sanitária”. O presidente da ANVS culpa a própria população pela existência da empurroterapia, porque “tem mania de automedicação”. Diz ele que “se todos só comprassem remédios com receita médica, a empurroterapia não conseguiria surtir efeito”.

Em artigo de cinco de fevereiro, p. E-25, sabemos que, solicitado a entregar uma lista com os nomes dos laboratórios e das farmácias que adotaram essa política, o presidente de Abrafarma disse que não o faria. Em outro artigo, na mesma página, a manchete é reveladora das contradições que cercam o tema, Segundo a matéria “Polícia Federal na farmácia”, “o Conselho Federal de farmácia do Distrito Federal pedirá investigação de denúncias sobre remédio ‘bom para otário’” .

Esta notícia foi manchete de primeira página: “Conselho pede que PF investigue farmácias – Serra quer que Receita reduza impostos para baratear remédios”. Entre a PF e a Receita Federal são apontados

dois caminhos de mudança para o setor, caminhos que dizem respeito a práticas “erradas” ou merecedoras de ações jurídicas e policiais, não sendo este o caminho adotado pelo ministro da Saúde, que encontra no fato argumento para solicitar “a redução e até a isenção de impostos para os remédios genéricos”.

Em artigo de cinco de fevereiro, p. 23, lemos que “Serra quer que a Receita reduza imposto para baratear os remédios”. Esta manchete traduz a idéia de que a questão dos preços dos produtos da indústria farmacêutica diz respeito a uma lógica tributária ou fiscal. Esta percepção é modificada ao longo do tempo. Em seis de fevereiro, na página 21, uma nova notícia demonstra com clareza a natureza do problema. Serra admite que o “ministério não tem condições de controlar os medicamentos vendidos no país” e formula uma acusação aos empresários do setor: “quem regula isso é a malandragem”. Diante dos confrontos que se seguem, a notícia de treze de fevereiro é reveladora do desafio que cabe ao Ministério da Saúde, e que provoca uma situação contrastante e ambígua. Em um momento, o ministro quer fazer alguma coisa, em outro fica demonstrado que ele nada pode realizar: “O desafio do ministro da Saúde José Serra é fazer a indústria farmacêutica rever a política de preços dos remédios”.

Em entrevista publicada em treze de fevereiro, p. 42, Serra propõe uma medida radical para reverter a situação, e a manchete demonstra a consciência da resistência esperada: “Serra diz que vai dar mais 15 milhões para os laboratórios oficiais”; mas, ao longo da entrevista, ele demonstra saber que “os espíritos-de-porco de sempre estarão tentando atrapalhá-lo”.

Outro ponto bastante enfatizado, considerando a estação do ano e as férias, foi o das dietas da moda e dos complementos vitamínicos. Expunha-se os malefícios que certas dietas e o uso abusivo de complementos vitamínicos podem acarretar à saúde. Nesse aspecto, obesidade é tratada como “doença epidêmica que mata” e o sol, fora do horário apontado pelo saber médico hegemônico, como uma grave ameaça. Nesse mês, desnutrição, fome e pobreza foram “esquecidos” das páginas dos jornais.

Constatamos que, para cada tema noticiado, a editoria produzia um certo tipo de enfoque. Para as doenças ou epidemias era usado um tom de alarme e ao mesmo tempo de culpabilidade do povo. “Como prevenir a febre amarela”, o que indiretamente quer dizer, “Vocês são culpados por não saberem como prevenir a doença!”. Já para as notíci-

as de obesidade era usado um tom de alarme pejorativo, ou seja, se você fizer essa dieta morre, mas se ficar obeso também morrerá pelas complicações que ela lhe causará, ou seja, há todo um “jogo de palavras para contar o fato”.

As notícias são escritas em tempos diferentes de acordo com o objetivo de cada reportagem. Ao analisar algumas delas pode-se perceber que, para retratar um “ambiente” da vida de um paciente ou de uma vítima, usa-se o passado ou o presente, que também servem para afirmar algo de que o redator tem certeza, como em “todo militar é um doador de sangue em potencial”, “com o perigo da febre amarela de volta ao Rio, a notícia preocupa”. Quando o assunto é pouco conhecido, geralmente em relação a efeitos de medicamentos, avanço da tecnologia em aparelhos de exames ou novas cirurgias, usa-se o verbo no futuro: “pode acarretar” ou “é possível que ocorra”, entre outros (Oliveira, 1995).

Os artigos assinados apresentam uma realidade diferente. Ao contrário das notícias diárias, o material assinado apresenta grande capacidade de articulação e informação com relação aos acontecimentos registrados nas páginas do jornal. No dia quatro de fevereiro, na página 7, Vicente Caropreso denuncia no artigo “Remédio: exploração e ganância” a incapacidade governamental em conter os aumentos abusivos dos preços dos medicamentos e materiais hospitalares. Relata que “como médico, tenho conhecimento de experiências constrangedoras que muitos profissionais da área vivem, como constatar que pacientes comprometem o resultado dos tratamentos e/ou arriscam a vida porque não têm como comprar medicamentos que, apesar dos preços exorbitantes, obrigatoriamente temos que receitar”.

Em “O remédio dos preços”, de sete de fevereiro, p. Q-7, Christovam Buarque, ao contrário das notícias que incidem sobre os fatos, afirma que “todos ficam estarecidos com os preços e não percebem que há um custo maior que os preços mostram. (...) mais grave que o preço dos remédios é o fato de o Brasil ter tanta doença”. Diante de tanto alarde, a cronista de política Tereza Cruvinel publica uma nota em doze de fevereiro, p. 2, com o título “Proposta B.O.”. Ela comenta a proposta da Abifarma ao governo federal de fechar os laboratórios oficiais e entregar o mercado ao setor privado, destacando que os laboratórios “parecem não ter compreendido” os acontecimentos.

Jorge Darze, em “Bem de consumo ou direito do povo?”, artigo publicado em catorze de fevereiro, p. 7, demonstra as estratégias bem

sucedidas dos laboratórios em desrespeitar a lei e as formas fiscais, tecnológicas e mercadológicas de obter lucros em dólares, sem apresentar à sociedade suas planilhas de custos.

Antônio J. Kropf, em vinte e oito de fevereiro, p. 7, formula uma pergunta que o jornal não fez em um mês: “Quem é o responsável pelos sistemas de saúde?”. Depois de apresentar uma análise da “evolução da medicina” e dos impactos das novas técnicas, ele se pergunta: “A questão é como garantir o acesso a tudo isso”. Ele afirma que “o ‘negócio’ médico do futuro será fundamentado na ausência de doenças. Como remunerar a saúde e não a doença é um grande desafio”.

Portanto, através dos artigos assinados, encontramos temas, encaminhamentos e análises que as notícias ignoram. Eles imprimem ao tema do “B.O.”, da CPI da indústria farmacêutica e das políticas e ações governamentais em saúde um outro direcionamento, introduzindo situações, articulações e vozes que as notícias não permitem que sejam ouvidas ou mesmo que existam.

4. Conclusões

“O preço é alto porque os remédios são mais necessários do que seria preciso”

Cristovam Buarque, 7 fev. 2000. p. Q-7.

Nas setenta e duas matérias jornalísticas reunidas no jornal *O Globo*, verificamos que há uma direção em sua produção. Elas se dirigem à produção de um sentido único que permite uma única forma de construção, compreensão e de representação social do presente, e este presente também é uma indicação necessária para um modelo de futuro. Estas matérias estão centradas em duas idéias básicas.

Vivemos um sistema produtivo e uma racionalidade científica em que a indústria farmacêutica representa uma das pontas avançadas. Parte da lógica produtiva, a indústria comporta-se como uma empresa voltada para o mercado e para a sua lógica. Segundo *O Globo*, ela possui interesses legítimos e grande importância, mas deve compreender os limites estruturais em que atua. Segundo o periódico, esta situação advém de ações individuais.

O Estado afirma sua neutralidade e independência, mas constitui-se num campo de exercício de poder, sujeito a diferentes pressões;

assim, os modelos assistenciais predominantes e as políticas implementadas ou enunciadas estão sujeitas aos interesses e às estratégias sociais e sanitárias capazes de impor sua hegemonia, independentemente dos reais interesses ou demandas da população. O Estado vê-se sob a sujeição de uma lógica econômica e uma determinação externa. O legislativo federal atua segundo pressões, e a maioria conservadora, não atua no sentido de reverter as condições sociais mas no sentido de ampliar as possibilidades de acesso de parcelas da população aos serviços e produtos da indústria farmacêutica.

Para o jornal, o consumidor é aquele que deve ser protegido, é para ele que o jornal escreve e os políticos legislam. Os poderes públicos e o discurso dominante nas mídias substituem a palavra “cidadão” que se constitui numa referência distante, sinônima de “consumidor” e, neste sentido, deve receber o respeito do produtor e do Estado.

A análise do material reunido sobre o “B.O.” e a saúde apresentou os cenários midiáticos na sua complexidade, buscando compreender como diferentes “fios”, que constituem o tecido jornalístico, se entremearam na produção do sentido da saúde e das políticas de saúde.

A relação saúde–jornal considera os conflitos e projetos que a imprensa desenhou em suas relações com os acontecimentos. O jornal empenha-se em conquistar apoio e legitimidade social. No caso da saúde, a imprensa, utilizando fragmentos de uma situação ou instituição, construiu um real próprio, uma situação de saúde que dizia respeito à sua construção, não constituindo o real, mas uma representação do real com capacidade em influenciá-lo.

A Análise de Discurso permite o entendimento dos diversos discursos que permearam o período. O conhecimento e a análise dos fatos históricos enfatizados pelos atores, projetos e discursos demonstram a necessidade de relacionar os fatos conjunturais ao processo histórico.

Estudar a saúde e as políticas e instituições de saúde sob o olhar do jornal obriga a repensar o tema e a formular questões sobre a relação saúde – mídia, demonstrando como a imprensa e a saúde viabilizam uma estratégia representativa vital na política ou no ‘jogo social’, o jogo de poder.

As notícias nos jornais sobre a saúde são apresentadas de forma pulverizada, fragmentada, descontínua e descontextualizada, prevalecendo o tratamento tópico e isolado. A direção ou intencionalidade de cada notícia não são explicitadas.

Reafirma-se a idéia de que o jornal, através de sua organização editorial, hierarquiza a importância das notícias ou dos fatos, produzindo uma ordem que não existe no mundo ou nos próprios acontecimentos. O texto ou o material impresso no jornal são produzidos para um indivíduo descontextualizado, inclusive de sua própria história existencial ou social. Os jornais produzem textos que apelam para o domínio do emocional e do engessamento do fato. O imaginário do leitor é atingido, sem que este se sinta abordado ou objeto de intervenção explícita ou intencional.

A saúde, quer se trate de políticas ou ações de saúde, quer se trate de assistência médica ou do consumidor de serviços e produtos, apresenta-se nas páginas de *O Globo* como uma expressão moral ou uma metáfora narrativa das tragédias modernas, que submetem e conduzem o indivíduo a lutar pela sua superação, tendo como prêmio a preservação da saúde e da vida.

Ao abordar o tema saúde, o jornal apresenta os dilemas e as indefinições da ação estatal e as lutas e os interesses sociais contraditórios, com pesos sociais diferentes. A linguagem, a distribuição gráfica das notícias, os temas priorizados, os conteúdos jornalísticos, apresentam duas perspectivas: a ação estatal como instrumento (referencial) e como símbolo (expressão e referencial). Ela é retratada como dimensão técnica e social portadora e constituidora de novas sociabilidades e possibilidades relacionais nas condições de produção de melhoria da qualidade de vida.

O jornal *O Globo* não constitui apenas “ferramenta” de ação disciplinar e reprodução social para manipulação sócio-ideológica da sociedade e desejos individuais, mas intervém como agente de um processo de produção de sentido, de “mediação sócio-informacional”. Portanto, surge como parte de um processo social discursivo de formação de consenso e de produção de verdades.

Ao intervir no imaginário coletivo, *O Globo* não faz e não atinge a todos de uma única maneira. As possibilidades de transformação do evento enunciado em verdade encontram diversas tensões discursivas e interesses na realidade que impedem que o enunciado seja transformado em verdade ou se confunda com ela. A recepção é um elemento dinâmico. As diversas mediações que intervêm na circulação e produção do noticiário fazem emergir diversas vozes que não se sentem representadas no produto jornalístico. A cronologia e os atores valorizados na produção do noticiário são percebidos como arbitrários ou parciais.

As notícias sobre 'B.O.', saúde e políticas de saúde na gestão F. H. C. constituíram-se apenas numa re-significação e em silenciamentos seletivamente organizados para a memória de um veículo e de um tempo. A memória não se restringe a fazer emergir desejos, discursos e projetos não acolhidos pela História. Ela não trata apenas de resgatá-los, re-significá-los ou reinventá-los, mas investe-se como uma dimensão do presente, como uma "outra" realidade a ser considerada ou como uma outra face do processo social. Não pretende parar o tempo, criar esquecimento ou "apagamento" dos fatos sociais, mas viabilizar outras dimensões da realidade, um outro refúgio. O que o jornal realiza é a convivência tensa e contraditória de diversas realidades partindo de uma outra temporalidade. O jornal e os jornalistas estabelecem uma intervenção arbitrária e hierárquica sobre a realidade e o tempo, constituindo novos sentidos e realidades. O estudo das notícias nas páginas dos jornais ajuda a compreender um enredo e uma memória que se pretende influência e pretende influenciar as representações e os atores sociais num determinado espaço e tempo.

O jornal, ao produzir uma costura de fatos e cronologias, faz aparecer ou suprimir acontecimentos diversos, fazendo impor sobre o mundo uma lógica e seus interesses editoriais ao seu suposto leitor ou público padrão. O processo, entretanto, deve considerar que o Estado ou o governo não estão imunes nem são neutros diante do processo jornalístico. A busca de legitimidade, de ampliação de base de sustentação e reconhecimento do grupo no poder encontra no arsenal simbólico e lingüístico do jornal um elemento estratégico de ação política.

Notas bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso. *Manipulação editorial e produção das notícias*. COMPÓS, 1999.
- ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Ana P. *Os discursos do conhecimento: a experiência do Canal Futura*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan: HER, 2000.

- MORAES, Nilson A. Saúde, imprensa e memória. In: LEMOS, Brittes; BAHIA, L. (Org.). *Percursos da memória*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.
- OLIVEIRA, Valdir C. Os mídias e a mistificação das tecnologias em saúde. In: PITTA, Aurea M. R. *Saúde e comunicação*. São Paulo: HUCITEC: ABRASCO, 1995.
- PINTO, Milton J. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker, 1999.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1980.